

FLORENCIA FERRER¹

O GOVERNO ELETRÔNICO NO BRASIL
COMO FERRAMENTA DE
DESENVOLVIMENTO

¹ Florencia Ferrer (florencia.ferrer@terra.com.br) é doutora em Sociologia Econômica pela Universidade de São Paulo, com Tese intitulada *A Teia Não Virtual. A Organização em Rede e o Capitalismo Contemporâneo*. Autora de *Reestruturação Capitalista. Caminhos e Descaminhos da Tecnologia da Informação*, Editora Moderna. Atualmente é Pesquisadora da FAPESP/USP onde desenvolve pesquisa sobre Economia Digital.

ÍNDICE

RESUMO	3
INTRODUÇÃO: GOVERNO E INTERNET	3
SITUAÇÃO INFRA-ESTRUTURAL DAS INTERAÇÕES ELETRÔNICAS NO BRASIL	5
GOVERNO ELETRÔNICO	10
O GOVERNO ELETRÔNICO NO BRASIL.....	12
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO:www.socinfo.org.br.....	15
BRASIL TRANSPARENTE www.brasiltransparente.org.br	17
PROGRAMA GOVERNO ELETRÔNICO	19
REDE GOVERNO:www.redegoverno.gov.br	20
COMPRASNET www.comprasnet.gov.br.....	23
BR@SIL GOV	24
DOIS PROGRAMAS DE DESTAQUE INTERNACIONAL.....	24
RECEPTAÇÃO ELETRÔNICA DO IMPOSTO DE RENDA.....	24
SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA	29
CONCLUSÕES	32
BIBLIOGRAFIA.....	34

RESUMO

Nas últimas décadas vivenciamos dois processos simultâneos: a consolidação da Economia digital e a necessária reforma do Estado para se adequar aos novos requerimentos do capitalismo contemporâneo. Produto deles é a emergência do chamado Governo Eletrônico.

Os objetivos centrais deste trabalho são descrever a base infraestrutural desenvolvida no Brasil para implementação de Programas de Governo Eletrônico, realizar um balanço das ações até o momento realizadas e propor possíveis linhas de ação para os próximos anos.

INTRODUÇÃO: GOVERNO E INTERNET

Tanto no âmbito acadêmico como nos fóruns internacionais vem se discutindo a enorme importância que as ações em relação à Economia Digital teriam para os países em desenvolvimento.

Uma de suas atividades, o comércio eletrônico pode-se transformar em um dos motores que levem a melhorar o desempenho econômico dos países em desenvolvimento uma vez que incita a uma maior integração da produção local em redes globais, impulsiona a incorporação de tecnologia e força à reformulação de aspectos chaves das políticas domésticas, particularmente nas áreas de telecomunicações, serviços financeiros, distribuição e entrega. (Mann,

C., 2000b; OECD, 2000) A difusão do comércio eletrônico é já uma realidade que permeia as estratégias corporativas e o mercado mundial e por isto é cada vez mais importante contar com políticas públicas que facilitem a entrada das empresas nestas atividades.

A digitalização dos processos de negócio requer uma série de condições favoráveis para se desenvolver: infra-estrutura física, infra-estrutura regulatória, políticas públicas.

Desta forma, podemos dizer que o governo enfrenta duas grandes frentes para encarar os desafios que a Economia Digital abre:

- A realização de conjunto de tarefas que correspondem a criação de uma base infra-estrutural de inserção na Economia Digital para todos os atores sociais
- A realização de transformações da estrutura burocrática para usufruir todas as vantagens que a Economia Digital poderia trazer à própria máquina do Estado.

O foco deste trabalho é a apresentação e balanço da implementação de governo Eletrônico no Brasil razão pela qual na descrição da situação infra-estrutural focaremos somente as políticas relacionadas à implementação de E-gov, sendo elas, políticas de universalização de acesso e aumento da teledensidade.

Em segundo lugar apresentaremos um balanço da implementação de Governo Eletrônico no Brasil e por último sugeriremos algumas linhas a serem seguidas.

Esta pesquisa é parte de um trabalho que estou realizando com financiamento da FAPESP que tem como objetivo avaliar a diminuição dos custos que o governo realiza com a implementação de meios eletrônicos.

Este paper apresenta resumidamente a descrição e a análise das políticas de E-gov no Brasil, realizado a partir de entrevistas com gestores responsáveis por cada um dos casos citados, assim como análise de documentos e dos sites escolhidos.

SITUAÇÃO INFRA-ESTRUTURAL DAS INTERAÇÕES ELETRÔNICAS NO BRASIL

Uma das principais bases tanto para o desenvolvimento da Economia Digital como para a implementação de E-gov é sem dúvida a infra-estrutura de telecomunicações. A teledensidade - a densidade de linhas telefônicas cada 100 habitantes - pode ser classificada em 4 estágios indo do primeiro com uma teledensidade em torno ao 2% com problemas nas conexões até o quarto estágio com uma teledensidade de 40% ou mais e amplo acesso as telecomunicações e aos serviços de rede. Brasil se encontra no último estágio com uma teledensidade de 43,6%.

Na grande maioria dos países emergentes os mecanismos de mercado por si só não são suficientes para garantir o avanço do acesso individual às

telecomunicações e por conseguinte à rede², já que uma enorme parte da população não tem renda suficiente para ter assinatura telefônica. Para a população de baixa renda ou de áreas rurais são necessários programas de universalização.

No Brasil, por exemplo, há programas governamentais orientados a universalização do acesso –FUST-, questão que conduziu a regulamentação da ANATEL-³ Para melhorar este indicador, uma das exigências do Estado para as operadoras de telecomunicações é que elas devem contribuir 1% do seu faturamento para um fundo de universalização, que visa fornecer serviço aos que estão excluídos do mercado.

O FUST -Fundo de Universalização dos Serviços de telecomunicações instituído em 2000 tem como finalidade proporcionar recursos destinados a cobrir a parcela de custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de serviços de telecomunicações, que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço. (www.mc.gov.br/fust/)

Estes recursos constituem um fundo de financiamento direcionado a expansão da rede de telecomunicações nas localidades e segmentos onde não seja comercialmente viável. Nesse sentido, a ANATEL tem articulado em conjunto com diversos órgãos do governo federal a implementação do programa

² No atual estágio de acesso a Internet consideramos somente as linhas discadas fixas como forma de acesso já que as outras formas são pouquíssimo expressivas nos países emergentes. No Brasil somente 50.000 pontos são ligados por banda larga e o acesso por meio da telefonia móvel é insignificante.

³ O último relatório da ANATEL tem como título “Incluindo os excluídos” , sendo este claramente o foco de trabalho da Agência.

br@sil.gov que prevê a aplicação daqueles recursos financeiros na ampliação da rede de telecomunicações, em especial nas localidades distantes. O resultado tem sido muito favorável passando de 13,3 milhões de telefones fixos instalados em 1994 para 45,7 milhões em outubro de 2001.

Mas qual é a distribuição espacial destas linhas? Brasil apresenta características simultâneas de país desenvolvido e em desenvolvimento na área de telecomunicações.

Em 1998, quando as empresas privadas de telefonia entraram no mercado, encontraram 22 milhões de telefones em operação no país. A instalação demorava 5 anos e uma linha chegava a custar 8000 reais. No final de 2001 havia 47,8 milhões de linhas fixas instaladas, o preço caiu para R\$ 77 e a demora na instalação acabou. Mas há uma distribuição desigual no país. 31 % dessas linhas se localizam no Estado de São Paulo, 46 % na região que inclui Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, todos os estados do nordeste e todos os do Norte menos Amapá. 23% estão na região que inclui o sul e centro do país. Os serviços se dividem em aproximadamente 90% para as concessionárias e 10% para as empresas espelhos⁴.

Um processo é notável: **o aumento das linhas foi claramente nos setores mais pobres da população**. Na classe D passou de ter 6 % dos lares com telefone em 1997 a ter 61% no ano de 2001. Na classe C passou-se de 34% em 1997 a 82% no ano de 2001. Na classe B de 71% em 1997 a 91 % em 2001 e na Classe A de 85% em 1997 a 99% no ano de 2001.

⁴ As empresas espelho são as autorizadas pelo governo para fornecer o mesmo serviço que prestam as concessionárias visando à geração de concorrência.

Enquanto a telefonia móvel, em 1994 havia no Brasil 800 mil telefones móveis, em 2001 eram 28,7 milhões. Em 1994 a teledensidade era de 0,5 telefone móvel para cada grupo de 100 brasileiros. Em 2001 havia 17 cada 100.

Devemos destacar a importância na ampliação da infra-estrutura que Brasil conseguiu nos últimos anos, que sinaliza um futuro promissor.

Cabe salientar que o acesso a Internet não depende só da infra-estrutura de telecomunicações. China e Tailândia, por exemplo, tem a mesma teledensidade - 9-11% ; mas China tem 1,7 % de usuários de Internet e Tailândia 3,8%. Malásia, por outro lado, é bem mais desenvolvida, com 20% e a percentagem de usuários de Internet é parecida à dos países desenvolvidos (16%). Iran, que tem uma teledensidade próxima a Malásia, de 15 % tem menos de 1% de usuários de Internet em 2000. Razões políticas, culturais, demografias afetam determinam estes números. Ou seja, além de criar base infra-estrutura são necessárias políticas públicas direcionadas à inclusão digital.

Algumas iniciativas podem revolucionar a inclusão digital da população brasileira. Por exemplo, vamos citar a política dos Correios. Presentes em todos os municípios brasileiros eles fornecerão um endereço eletrônico permanente a todo cidadão. Cada CPF poderá ter até 10 endereços, ou seja, cada adulto pode incluir aos jovens da família, empregados ou outros dependentes.

Em todas as agências dos correios (em um primeiro momento nas próprias, num segundo nas franqueadas, depois em outros lugares públicos como mercados, estações de metro, terminais rodoviárias, etc.) haverá um terminal

que terá impressora e scanner. O cidadão terá um cartão inteligente que colocará na máquina para iniciar o processo. Diversos serviços serão gratuitos: enviar e receber e-mail, navegar nas páginas do Governo, acesso ao shopping virtual dos correios, etc.. Para o restante da navegação ou dos serviços o usuário terá que carregar seu cartão pagando no guichê. Com isto poderá acessar livremente a Internet e usar os recursos disponíveis. Desta forma, até os cidadãos que não tenham endereço postal poderão ter um endereço eletrônico.

Nos terminais já instalados nos correios, 80 % dos usuários vão hoje para acessar seu e-mail. Agora, com endereço gratuito dos correios, o processo se verá facilitado.

Esta iniciativa pode ajudar a mudar o mapa da inclusão digital no Brasil. Mas é importante destacar que, como descrevemos nos exemplos antes citados, que o aumento da teledensidade em si não garante a inclusão dos cidadãos na Internet. Além de fornecer o acesso às linhas telefônicas e a possibilidade de ter um endereço eletrônico o fundamental é ter uma política pública não só de propaganda do serviço, senão de criação ou estimulação da necessidade de **se** incluir digitalmente. A inclusão digital tem que ser uma necessidade interna de cada pessoa, mas esta demanda precisa ser criada. Todo crescimento deve partir dos requerimentos de cada indivíduo. Ninguém consegue ensinar algo que o outro não precisa! A política dos correios provavelmente deverá ser acompanhada de um processo de implementação social da tecnologia que garanta o sucesso da iniciativa.

GOVERNO ELETRÔNICO

Chamamos governo eletrônico ao conjunto de serviços e acesso a informações que o governo oferece aos diferentes atores da sociedade civil por meios eletrônicos.

Três são as principais conseqüências do governo eletrônico:

- Diminuição de custos de operação pela melhoria de sua própria gestão interna e pela integração com parceiros e fornecedores
- Aumento considerável da transparência nas ações
- Mudança na forma como as pessoas verão ao governo pela mudança na interação com o cidadão

A diminuição de custos se dá por duas vias principais: a melhora na eficiência dos processos internos e a queda de preços nas compras – um dos motivos é a maior integração com a cadeia de fornecimento. No Brasil com eletrônica do processo de procura e de compra consegue-se realizar uma poupança da ordem de 25%.⁵

Uma outra via de redução de custos é a decorrente da maior transparência nas ações públicas, uma vez que as brechas para a corrupção são muito menores.

Com os portais de compra do governo chega-se a preços máximos plausíveis

⁵ Atualmente estou realizando uma pesquisa específica sobre este ponto, mensurando no caso da Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo quanto está se economizando tanto no preço final como na diminuição de custos internos: horas/homem, ligações telefônicas, materiais de escritório, etc.

de ser comparados por diferentes administrações, em todos os níveis de governo.

Uma outra questão, e não menos importante, é a mudança que acontece com a implementação do governo eletrônico na relação do cidadão como poder público. Um dos grandes problemas de relacionamento tanto dos cidadãos como das empresas quando tem que se relacionar com o governo é a complexidade da máquina pública. Um governo médio tem entre 50 a 70 departamentos e agências diferentes, achar o local exato para procurar algum serviço é um processo muitas vezes complexo. Pior do que isso, quando é necessário fazer alguma atividade banal como registrar um nascimento, realizar uma operação imobiliária, um grande número de diferentes agências solicita relações de documentos, depois disso, elas requerem do usuário a comunicação interdepartamental. Podemos dizer que uma das causas da ineficiência do setor público é a organização vertical que leva a que os serviços a serem prestados exijam a colaboração entre empregados de diferentes departamentos.

A Internet oferece solução para ambos problemas. Por meio de um portal do Governo podem ser fornecidos quase todos os serviços que podem ser requisitados. Exemplos disto são os portais dos governos de Singapura e de Áustria. Por mecanismos de busca similares aos de outros portais os cidadãos podem procurar diferentes serviços: ou preenchendo perguntas Como eu faço..? ou entrando na seção "eventos vitais" para registrar nascimentos, casamentos, etc.. Desta forma, eles não precisam conhecer sobre a complexidade da máquina pública já que o portal direciona sua pergunta a

seção específica. A mesma base tecnológica permite construir um link e integrar serviços para o cidadão por meio de intranet que permite um acesso comum a diferentes funcionários de diferentes departamentos.

Mas como venho assinalando em outros trabalhos raramente é a tecnologia a causadora de mudanças. Em geral são processos políticos, sociais, econômicos ou culturais os grandes motivadores das transformações. As políticas de implementação de Governo Eletrônico vêm de encontro com os processos de reforma do Estado, já iniciados na gestão de Fernando Henrique Cardoso procurando uma postura mais gerencial e menos burocrática na gestão dos assuntos públicos.

Este tipo de mudanças, somadas a políticas certas na esfera regulatória em todo o conjunto de atividades que envolvem a economia digital – um mercado de telecomunicações competitivo, universalização do acesso, assinaturas digitais, regulação tarifária de energia e telecomunicações, política de privacidade, proteção ao consumidor - fazem uma séria diferencia para a atratividade de um país, região ou país como lugar de localização de uma determinada atividade econômica.

O fornecimento de serviços governamentais pode contribuir a eficiência do setor empresarial através de informação, coordenação e simplificação dos procedimentos burocráticos com isto melhorar o custo país.

O GOVERNO ELETRÔNICO NO BRASIL

Muitos devem se perguntar, qual é a real importância do que estamos falando. A quantas pessoas pode atingir o chamado governo eletrônico no Brasil? Num país com tantos problemas qual a relevância de falar destes assuntos?

Desde já, não podemos ter um olhar ingênuo sobre o assunto. 1/3 da população brasileira adulta é analfabeta, real ou funcional. Mais da metade da população nunca realizou uma ligação telefônica, mais remota ainda será sua conexão por Internet. Mas não podemos restringir o olhar a estes indicadores. A Internet é somente um meio de comunicação, daqui a necessidade de pensar nos reais impactos que pode trazer para uma sociedade. Não serão grandes transformações radicais e sim evoluções de processos que já estavam presentes.

Como dizia, o Estado brasileiro vem realizando uma série de medidas de reforma administrativa profundas, por meio de mudanças constitucionais, legais e organizacionais. O uso da Internet facilita estes processos e acrescenta algo a mais: permite uma maior divulgação e cria mecanismos de consulta.⁶

Acredito firmemente que um dos motivos que fazem do E-gov um tema tão central para os países emergentes é a enorme liberação de recursos que implicará para os cofres públicos. Só para dar um exemplo que logo abordaremos, a recepção do imposto de renda de forma tradicional custava

⁶ O Decreto federal 2954, de 29/01/1999, disponível pelo site www.planalto.gov.br prescreve no seu artigo 15: " Na hipótese de elaboração de projetos de atos normativos de especial significado político ou social, poderá ser dada ampla divulgação ao texto básico, inclusive tornando-o disponível por via da Internet, ou realizando audiências públicas, com o objetivo de receber sugestões por partes de órgãos interessados, entidades ou pessoas a quem a medida se destina ou interessa." In, Pedro Paulo de Rezende Porto Filho, 2001: 287.

para os cofres públicos U\$S 1,20. Por via eletrônica custa apenas U\$S 0,10. Só neste item o Estado economizou 16,5 milhões de dólares! E ainda sem contabilizar quanto se economizou em vários custos indiretos e processos de trabalho. Claro que além da economia melhorou sua relação com o cidadão , que tem seu trabalho simplificado e seu tempo economizado.

Uma outra cara da moeda e o aumento da receita. No caso do estado de São Paulo quase a totalidade do recebimento do IPVA se realiza pela Internet.

Em 1995 arrecadava-se 600 milhões de imposto. Um ano depois com a implementação eletrônica do serviço arrecadou-se 2 bilhões. Um dos motivos foi a simplificação do processo que facilitou o pagamento para o usuário. Em 2002 o Estado de São Paulo pagou para FEBRABAN (Federação dos Bancos) 50 milhões de reais pela recepção de pagamentos de impostos e taxas. Num próximo estágio de E-gov, quando as transações possam ser completadas desde os sites do governo este valor será poupado dos cofres públicos.

Nos países emergentes com a grande carência de recursos para implementar políticas de desenvolvimento, estes recursos são inestimáveis, já que não dependem de empréstimos externos nem de aumento na arrecadação de impostos, dependem somente do melhor uso dos recursos já disponíveis.

Por uma simples questão de espaço restringiremos o nosso trabalho nesta apresentação às ações do Governo Federal. Há muitas iniciativas importantíssimas em nível estadual e municipal, tanto na esfera do poder executivo como no judiciário, mas por uma questão de espaço não estão sendo analisadas. Vamos descrever então o que foi feito até o momento.

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: www.socinfo.org.br

O programa Sociedade da Informação é um projeto cuja fase de execução vai de 2001 a 2003, realizado por meio de uma parceria entre a iniciativa privada, a sociedade civil e o terceiro setor. As metas do programa são articular e coordenar o desenvolvimento e a articulação de produtos e serviços avançados de computação, comunicação e conteúdos e suas aplicações visando à universalização do acesso e a inclusão de todos os brasileiros na Sociedade da Informação.

Foi desenvolvido a partir de um estudo do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e instituído por um decreto presidencial em 1999. Faz parte de um conjunto de projetos que compõem o Plano Plurianual de 2000-2003 com um aporte de recursos previsto de R\$ 3,4 milhões e é coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O Programa está sendo desenvolvido em três etapas: 1) a elaboração de uma primeira proposta detalhada do Programa, intitulada "Livro verde"; 2) um amplo processo de consulta à sociedade sobre o tema; e 3) um plano definitivo das atividades do programa, intitulado "Livro Branco", levando-se em conta as idéias e opiniões colhidas no processo de consulta pública.

As linhas de ação do Programa são:

- Mercado de trabalho e Oportunidades
- Universalização de Serviços para a Cidadania
- Educação na Sociedade da Informação
- Conteúdos e identidade cultural
- Governo ao alcance de todos

- P&D, tecnologias chave e aplicações
- Infra-estrutura Avançada e Novos serviços

A sociedade brasileira vem discutindo uma maior necessidade de transparência nas ações governamentais e vem discutindo –como vários outros países– a questão da corrupção.

A iniciativa Brasil Transparente tem como objetivos medidas voltadas para o combate a corrupção e ao desperdício, com ênfase na prestação de contas eletrônica e no controle social direto. A Internet vem facilitar enormemente estes processos.

Brasil Transparente articula diversos projetos e medidas na área legal e administrativa, voltados para a implantação e o fortalecimento de sistemas de controle dos gastos públicos, em ênfase em ferramentas que propiciem o controle social.

Uma das primeiras medidas foi a aprovação do Código de Conduta da Alta Administração Federal, que se aplicam a ministros secretários de estado, titulares de cargos de natureza especial e secretários executivos, presidentes e diretores de agências nacionais, autarquias, fundações mantidas pelo poder público, empresas públicas e sociedades de economia mista.⁷

Isto está relacionado a busca por uma maior accountability na gestão pública. Isto ocasionou duas propostas de mudanças legais – uma emenda constitucional e uma lei complementar– destinadas a reforçar os mecanismos

⁷ A regulamentação completa encontra-se em <http://www.presidencia.gov.br/etica/>

de responsabilização, de controle interno e externo sobre a gestão dos recursos públicos e de controle social.

O Tesouro Nacional lançou um portal de consultas na Internet www.stn.fazenda.gov.br. para fornecer informações contábeis sobre a arrecadação de impostos, valores recebidos pela transferência voluntária ou constitucional de títulos, operações de crédito dos estados e dados gerais sobre os limites orçamentários. Já é possível consultar informações atualizadas sobre os indicadores fiscais e de endividamento de aproximadamente 4,8 mil municípios brasileiros, de 26 estados e mais o Distrito Federal. O banco de dados permitirá verificar informações básicas sobre gastos e receitas de cada localidade do país. Apesar de já estar em funcionamento, a plataforma de consulta ainda está em fase de atualização.

Além disso, o Governo Federal desenvolveu uma política de gestão da segurança da informação, que está implantando padrões para a certificação e autenticação eletrônicas (infra-estrutura de chave pública –ICP-gov)

Uma outra derivação da demanda por transparência é o portal Obrasnet. Por meio dele qualquer cidadão poderá acompanhar as obras realizadas pelo governo com estados e municípios ou entidades assistenciais – são mais de 20.000 obras- inclusive a través de fotos no ObrasNet. Este é o sistema de acompanhamento on-line das obras financiadas pela União. De fato, isto da uma maior transparência as ações do governo.

PROGRAMA GOVERNO ELETRÔNICO

O programa Governo Eletrônico reúne muito das ações já em andamento articulando-as sob condução direta da Presidência da República, por intermédio de um comitê interministerial. O programa visa aprofundar ações de reforma da administração pública, especialmente nos aspectos de melhoria da prestação de serviços ao cidadão, acesso a informações, redução de custos e controle social sobre as ações do Governo.

As prioridades do programa são: promover a universalização do acesso do cidadão aos serviços prestados pelo Governo, a integração entre os sistemas, redes e bancos de dados da administração pública e a abertura de informações a sociedade, por meio da Internet.

O programa deverá complementar a ação do Programa Sociedade da Informação.

As principais linhas de ação do Governo Eletrônico são:

- Oferta na Internet de todos os serviços prestados ao cidadão, com melhoria dos padrões de atendimento, redução de custos e facilidade de acesso;
- Ampliar o acesso a informações pelo cidadão por meio da Internet
- Promover a convergência entre sistemas de informação, redes e bancos de dados governamentais para permitir o intercâmbio de informações e agilização de procedimentos
- Implantar uma infra-estrutura avançada de comunicações e de serviços, com padrões adequados de segurança e serviços, além de alto desempenho

- Utilizar o poder de compra do governo Federal para a obtenção de custos menores e a otimização do uso de redes de comunicação
- Estimular o acesso à Internet, em especial por meio de pontos de acesso abrigados em instituições públicas ou comunitárias
- Concorrer para o fortalecimento da competitividade sistêmica da economia.

A política brasileira de governo eletrônico prevê a atuação do Governo em três frentes fundamentais: a interação com o cidadão, a melhoria da sua própria gestão interna e a integração com parceiros e fornecedores. Em relação ao cidadão estão sendo criados portais na Internet que funcionam como verdadeiros balcões virtuais de informação e de atendimento para a prestação de serviços. Para a gestão interna, está sendo promovida a integração entre os sistemas em rede interna (intranet). A integração entre parceiros e fornecedores está sendo desenvolvida na forma de uma extranet conectada aos sistemas de informação do Governo Federal que compreende dentre outros, os sistemas de administração financeira (SIAFI), de administração de pessoal (SIAPE), de serviços gerais (SIASG), de apoio à educação (Sistema MEC), à saúde e a previdência social. A estrutura relacional a ser constituída entre os principais atores neste processo envolverá governo, cidadãos/clientes e empresas, dentro das diversas possibilidades de transações eletrônicas.

REDE GOVERNO:www.redegoverno.gov.br

O Portal Rede Governo é a Porta de entrada a todos os serviços oferecidos eletronicamente pelo Governo Brasileiro. O portal conta com 629 serviços e 3.500 tipos de informação. Alguns dos serviços mais importantes disponíveis são:

- Entrega de declarações do imposto de Renda
- Emissão de certidões de pagamentos de impostos
- Divulgação de editais de compras governamentais
- Cadastramento de fornecedores governamentais
- Matrícula escolar no ensino básico
- Acompanhamento de processos judiciais
- Acesso a indicadores econômicos e sociais e a dados dos censos
- Prestação de informações sobre aposentadorias e benefícios de previdência social
- Programas de ensino a distância
- Envio de mensagens pelos correios, por meio de quiosques públicos
- Informações sobre programa do governo Federal

Um dos serviços que gostaríamos de destacar é o de obtenção de certidões negativas. A partir de um ícone podemos obter certidões negativas de diferentes departamentos do governo. Clicando nele podemos entrar nos portais da Fazenda em nível federal ou estadual, assim como nos respectivos Departamentos de Trânsito. Também podem ser obtidas certidões do INSS, de dívida ativa, certidão para saque de PIS/PASEP/FGTS, certificados de

cadastro de entidades nacionais e estrangeiras que atuam em adoções internacionais de crianças e adolescentes brasileiros, situação de cadastro de CNPJ ou CPF, situação título de eleitor, etc..

Este tipo de serviço é um claro exemplo de como pode ser gerada uma mudança na relação entre o cidadão e o governo. Para o usuário o que realmente importa é obter uma certidão negativa e não identificar que departamento do governo é responsável por cada uma delas.

Um outro processo a destacar é o de poder reunir num mesmo site praticamente todas as informações que o cidadão pode requerer do Governo federal, como é o caso deste portal, desde informações de concursos públicos, a links com sites com legislação, análise de conjuntura, licitações em curso, etc.

A pesar dos avanços ainda resta muito a fazer, já que alguns trâmites só são feitos em parte via internet, sendo que o usuário tem que posteriormente se deslocar para concluí-lo. Além disso, no ponto fornecimento de serviços é onde o alcance dos impactos sem dúvida é menor, principalmente porque ainda é um obstáculo o grau de alfabetização média dos cidadãos brasileiros. No Brasil só podemos pensar em grandes alcances do acesso a serviços via eletrônica para a geração que hoje está no ensino de primeiro grau – 97% das crianças brasileiras estão hoje na escola-. É possível ainda avançar bastante neste ponto, simplificando a interface com o usuário.

A pesar de todo o que resta fazer, os resultados são sem dúvida muito positivos. Como assinala documento do Ministério de planejamento da Gestão FHC "O Governo brasileiro deu prioridade à formulação de uma política de

tecnologia da informação e comunicação voltada para a administração pública, baseada no pressuposto da sua atuação enquanto organização, integrada, eficiente e transparente, graças à utilização intensiva das novas formas eletrônicas de interação.” (M. Planejamento, 2001: 3)

É de se esperar que atual gestão continue trabalhando nos projetos que a gestão anterior iniciou para avançar e completar todos o já feito.

COMPRASNET www.comprasnet.gov.br

Há vários modelos de compras eletrônicas implementados e em funcionamento no Brasil, tanto em estados, municípios, empresas públicas, autarquias. Por uma questão de espaço somente nos referiremos ao portal de compras federal, o comprasnet. As três modalidades básicas de compras são dispensa a licitação, convite e leilão, dependendo do volume da compra a ser efetuada.

O portal está trazendo muitos resultados concretos. Em dois anos, o Portal comprasnet do governo Federal realizou uma poupança de 600 milhões de Reais com somente 7,5 % das licitações sendo feitas por este meio. Com a queda dos custos administrativos, recursos do orçamento podem ser usados de uma forma que garanta maior retorno à população.

Além disso, este pode se transformar num serviço exportável. Em março de 2003 foi assinado dentro do Acordo de cooperação com a Bolívia um Ajuste complementar para implementação neste país de um programa de compras eletrônicos brasileiro, com as adaptações pertinentes às necessidades do outro país. Há outros países interessados na compra deste sistema, até agora 17

países. Por outro lado também há interesse por parte de alguns organismos internacionais, destacando a OMC, já que este tipo de sistema impulsiona a transparência nas compras governamentais. Organismos como o Banco Mundial financiarão este projeto.

BR@SIL GOV

Como vínhamos falando, um dos objetivos do Governo Eletrônico é o de melhorar os processos de gestão interna. Nesta meta se insere o programa Br@sil.gov abrangerá num primeiro momento 4.600 pontos de acesso. Serpro, Dataprev, Datasus, IBGE e os Ministérios do trabalho, Transportes, Planejamento, Educação, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Emprapa, INMET e Agência nacional de Águas compuseram o bloco piloto de integração de redes, o que representa 80% da demanda de serviços de telecomunicações do governo federal. Serpro e Dataprev vão a operar a Rede.

A intenção central é a de integrar os sistemas que são usados em diferentes órgãos de governo na esfera federal, melhorando com isto a gestão.

O Grupo De trabalho Br@sil.gov pertence ao programa Governo Eletrônico, que integra o Plano Avança Brasil.

DOIS PROGRAMAS DE DESTAQUE INTERNACIONAL

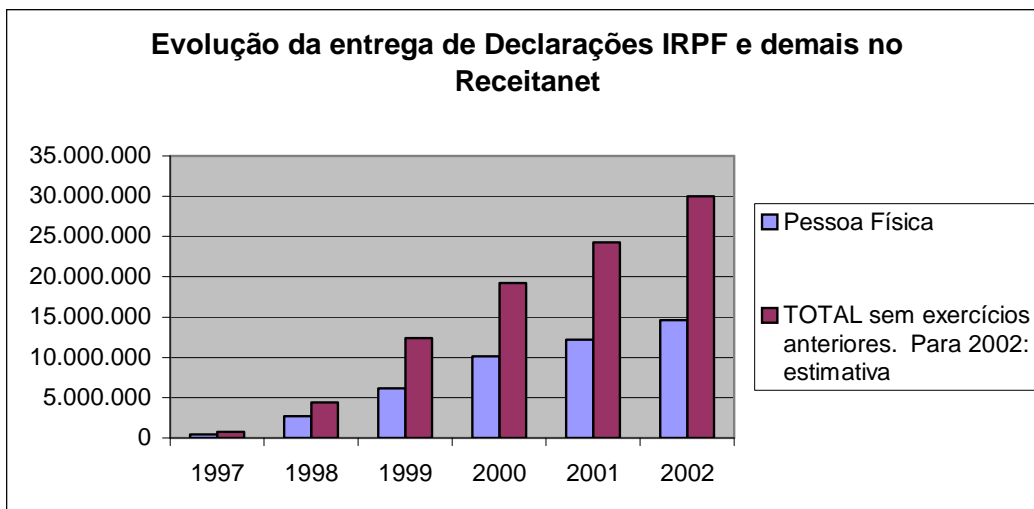
RECEPTAÇÃO ELETRÔNICA DO IMPOSTO DE RENDA

O projeto Receitanet ⁸iniciou-se com a necessidade de se evitar a ida do contribuinte a uma unidade local da Secretaria da Receita Federal ou à rede bancária autorizada para entregar a sua declaração. Por outro lado, para a Receita Federal, representava um grande salto qualitativo, na medida em que proporcionaria mais rapidez, eficiência e segurança no processo de recepção de declarações. Quando ainda não existia o sistema, as declarações eram preenchidas pelo contribuinte em formulários ou geradas por programas geradores de declaração (PGD) e gravadas em disquete. As declarações mais importantes (declarações de imposto de renda de pessoa física ou jurídica), eram entregues pelo contribuinte em uma das unidades da SRF ou em uma agência bancária. As demais declarações, como a declaração de operações imobiliárias - DOI e a declaração de créditos e débitos de tributos federais - DCTF, eram entregues exclusivamente em uma unidade da SRF. Os procedimentos de recepção e processamento eram complexos, realizados em muitas etapas, o que provocava erros, retrabalho e o envolvimento de um grande número de funcionários de diversas áreas em inúmeros plantões, nos períodos de entrega de declaração, podendo comprometer a própria segurança física dos arquivos. A liberação dos lotes de restituição de imposto de renda de pessoa física e os trabalhos de malha ocorriam muito tempo depois da entrega da declaração. Na época, existiam programas distintos para a recepção de cada declaração, o que tornava o trabalho excessivamente complicado e demorado. Como não havia um padrão definido para a geração das declarações pelos PGD, cada tipo de declaração utilizava um formato próprio,

⁸ Agradeço sinceramente a colaboração ao Sr. Alberto Pinzolas da Receita Federal pelas informações fornecidas.

dificultando, muitas vezes, o trabalho dos funcionários no momento da recepção.

O Receitanet foi desenvolvido inicialmente para recepcionar declarações de imposto de renda de pessoas físicas pela Internet. O sucesso foi tão grande, que já a partir de 1997 outras declarações foram agregadas à transmissão pelo Receitanet, processo que teve continuidade em 1998. Esse fato possibilitou a adoção gradual de padrões no processo de geração de declarações pelos PGD, permitindo facilmente a identificação de uma declaração, o que não ocorria anteriormente. Em 2000, praticamente todas as declarações puderam ser transmitidas pelo Receitanet. Foi registrada a entrega, somente nesse ano, de mais de 20 milhões de declarações, sendo, deste total, cerca de 11 milhões de declarações de imposto de renda de pessoas físicas. No ano de 2001 foram implementadas críticas cadastrais, com conferência das bases de CPF e CNPJ, em conjunto com críticas relacionais (entrega de original e retificadora), realizadas antes da transmissão efetiva das declarações. Em 2002 foram entregues quase 15 milhões de declarações de imposto de renda de pessoas físicas pelo Receitanet, o que representa 96% do total de declarações deste imposto. Somente neste ano mais de 30 milhões de declarações, de diversos tipos e exercícios, foram transmitidas pelo Receitanet.



FONTE: ALBERTO PINZOLAS, RECEITA FEDERAL.

A partir da utilização do Receitanet, criou-se um dinamismo no processo de definição, geração, recepção e processamento de qualquer declaração transmitida, simplificando e padronizando todo o processo. Ao mesmo tempo, a mobilização de funcionários para a execução dos trabalhos de recepção de declarações diminuiu consideravelmente, possibilitando a sua realocação para outras atividades. Também houve a diminuição de filas na SRF, principalmente nos períodos de entrega de declarações, proporcionando o direcionamento do atendimento para funções mais complexas.

Para mensurar os resultados obtidos, seja em quantidade de declarações ou em tempo de transmissão, a padronização dos procedimentos possibilitou a implementação de um sistema de estatísticas direcionado tanto aos administradores da SRF (quantidade de declarações recebidas por hora, dia, mês, ano, localidade, tipo, etc.) quanto aos técnicos (situação on-line dos circuitos de recepção, histórico de utilização de CPU, memória e disco nos

servidores de recepção e bases de dados, etc.). Para o contribuinte, o sistema facilitou enormemente a entrega das declarações, com a economia do tempo gasto anteriormente em filas na SRF ou nos bancos. A utilização de criptografia dos dados enviados diretamente às bases de dados da SRF aumentou a segurança do processo, uma vez que não existe manipulação física de documentos e arquivos, como existia antes nos bancos, nos Correios e na própria SRF, que muitas vezes poderia ocasionar falhas de segurança e sigilo fiscal e até mesmo perda da declaração. Além disso, a liberação da restituição mais rapidamente para quem utiliza o Receitanet é um fato que estimula o crescimento do seu uso.

Só para ter uma idéia do enorme avanço que isto representa, vamos comparar a situação brasileira com a norte-americana. A Receita Norte-americana tem como meta que 80% do preenchimento de todos os impostos e informações sejam feitos on-line até 2007, enquanto quarenta milhões de declarações serão preenchidas eletronicamente até o final do ano fiscal de 2000. (Ferguson, 2002: 112)

O Brasil está muito adiantado neste processo. E as principais questões não são as tecnológicas e sim o know how de implementação social deste tipo de processos. Acredito firmemente que este pode se transformar num dos tantos itens de exportação de serviços do Brasil, e pelo antes exposto, não só para os países em desenvolvimento como também para os países centrais.

SISTEMA DE VOTAÇÃO ELETRÔNICA

O uso da informática vem dando bons resultados no Brasil. A informatização tem-se tornado parte importante no processo eleitoral brasileiro. O Cadastro Nacional de Eleitores permite consultas nacionais online sobre qualquer eleitor, possibilitando a verificação imediata da situação do eleitor e a emissão de títulos eleitorais. A cada ano o Tribunal Superior Eleitoral promove um batimento nacional dos dados eleitorais para verificar a situação de cada eleitor perante a Justiça Eleitoral.

Em seguida, veio a totalização informatizada dos resultados das eleições. A totalização é a soma dos votos registrados para cada candidato nas urnas eletrônicas, pela qual se determina o candidato eleito. Antes de 1989 essa soma de votos era feita à mão e, posteriormente, com o auxílio de máquinas de calcular. No entanto, esse somatório manual resultava, algumas vezes, em erros matemáticos (propositais ou não).

Em 1996, com a criação da urna eletrônica, o Brasil implementou o voto eletrônico em 57 municípios, alcançando 33% do eleitorado brasileiro à época. Na urna eletrônica, o eleitor digita o número do candidato escolhido em um teclado numérico, semelhante ao de um telefone comum. Os votos são somados, totalizados, criptografados e armazenados em um disquete, podendo ser acessados somente por meio do uso de sistema próprio da Justiça Eleitoral. Ao final da votação o disquete é levado à central de totalização, de onde os dados são transmitidos, obtendo-se, assim, o resultado final da eleição. A evolução do alcance da votação eletrônica no Brasil é mostrada no quadro

abaixo, onde se observa que o processo atingiu 100% dos municípios brasileiros no pleito de 2000.

Votação Eletrônica no Brasil			
Eleições	1996	1998	2000
Nº total de municípios	5.508	5.608	5.656
Nº total de municípios com votação eletrônica	57	537	5.656
Eleitorado atingido	32.488.153	61.111.922	109.826.263
% do eleitorado atingido	33%	57,6%	100%
nº total de urnas eletrônicas utilizadas	76.810	166.937	358.737

Fonte: TSE

Criada pela própria Justiça Eleitoral Brasileira, a urna eletrônica como vantagens:

1. Aumento da transparência do processo eleitoral;

2. Resultados corretos e rapidez na divulgação dos resultados – à medida que cada eleitor vota, o programa efetua a soma daquele voto aos já computados, emitindo ao final da votação a totalização de votos na urna eletrônica (boletim de urna);
3. Exibição das fotos de todos os candidatos (eleições proporcionais e majoritárias) – o eleitor pode conferir, também pela foto, o candidato no qual está votando;
4. Armazenamento de dados confiável (flash card) – o flash card é uma mídia altamente confiável e duradoura, com gravação e leitura de dados eletrônica;
5. Possibilidade de justificativa do voto na seção eleitoral – para quem está fora do seu domicílio eleitoral no dia da eleição, basta apresentar o Requerimento de Justificativa Eleitoral em qualquer local de votação (no mesmo horário da votação) e a ausência é justificada, na própria urna eletrônica, pelo mesário;
6. Benefícios ao eleitor analfabeto – este voto é facultativo. Entretanto, o eleitor analfabeto que deseja votar também tem esse ato facilitado pois, na maioria dos casos, conhece números. Ele faz ligações telefônicas de telefones públicos cujo teclado é igual ao da urna eletrônica. Para votar em branco ou confirmar/corrigir o voto, ele poderá identificar as teclas através das cores;

7. Facilidades ao eleitor deficiente visual – em cada tecla da urna, o eleitor encontrará a gravação do respectivo número em código internacional braile. O deficiente visual que não lê braile poderá votar guiando-se pelo número 5, central, ressaltado no teclado através de uma pequena barra, logo abaixo do número, na própria tecla. A partir das eleições 2000 foi implementado nas urnas eletrônicas um sistema de áudio, que permite ao deficiente visual a conferência e confirmação do voto.

Para as eleições de 2002, inovações foram acrescentadas com relação às urnas da eleição de 2000. Entre elas está o voto impresso pela urna eletrônica, que será testado pela primeira vez. Com o sistema, será possível fazer a checagem dos votos em 3% das urnas de cada zona eleitoral, respeitado o limite mínimo de 3 urnas por município.

Além disso, se, ao conferir o voto impresso, o eleitor não concordar com os dados nele registrados, poderá cancelá-lo e repetir a votação pelo sistema eletrônico. Também serão implementadas alterações na cabina de votação, criação do terminal secundário do eleitor e envio de urnas eletrônicas ao exterior. E ainda foram tomadas várias medidas para intensificar o sistema de segurança e dar mais transparência ao processo eleitoral.

CONCLUSÕES

O Governo Brasileiro está priorizando a assimilação de novas tecnologias da informação aos seus processos administrativos e à prestação de serviços ao cidadão, ou seja, está assumindo uma posição pro-ativa nos desafios colocados pelo capitalismo contemporâneo.

Os resultados são muitos e um longo caminho começou a ser trilhado. Temos muito a fazer, mas as linhas de ação estão corretamente traçadas e perfilam um futuro promissor que abre o caminho para a resolução de problemas históricos e estruturais que o Brasil enfrenta.

BIBLIOGRAFIA

1. ALBERTIN Alberto Luiz, 2002, *Comércio Eletrônico*, Editora Atlas, São Paulo.
2. ANATEL, 2002, *Incluindo os excluídos*, www.anatel.gov.br.
3. BRESSER PEREIRA Luiz Carlos, 2000b, *A reforma gerencial de 1995*, trabalho apresentado no encontro "Moderna Gestão Pública, Lisboa, 31/31 de março de 2000.
4. Comitê Executivo de Comércio Eletrônico, 2002, *Legislação vigente*, <http://ce.mdic.gov.br/>
5. CARNOY Martin, CASTELLS Manuel, COHEN Stephen, CARDOSO Fernando Henrique, 1993, *The New Global Economy in the Information Age*, Penn State Press, USA.
6. CASTELLS Manuel, 2001, *The Internet Galaxy*, Oxford Books, Grã Bretanha.
7. DUPAS Gilberto, 2001, *Ètica e Poder na Sociedade da Informação*, Editora Unesp, São Paulo.
8. EISENBERG José e CEPIK Marco, 2002, *Internet e Política*, Humanitas, Minas Gerais.
9. FARIAS Pedro, 2001, *Electronic Government: the Brazilian Policy*, III Global Forum, Napoles, Italia.
10. FERRER, Florencia, 1998, *Reestruturação Capitalista. Caminhos e descaminhos da Tecnologia da Informação*, Moderna, São Paulo.
11. FERGUSON Martin, 2002, *Estratégias de Governo Eletrônico*, in Eisenberg e Cepik.

12. GOLDSTEIN Andrea O'CONNOR David, 2000, *E Commerce for development: prospect and policy issues*. OCDE, www.oecd.org
13. GOMES FERNANDES, Andréa e RODRIGUES AFONSO José Roberto, 2001, *e-Governo no Brasil: Experiências e Perspectivas*, Revista do BNDES, Rio de Janeiro, Junho de 2001.
14. GOVERNMENT OS USA, 2001, *A Framework for Global Electronic Commerce*, www.sice.oas.org/e-comm/studies.asp.
15. Grupo de Trabalho " Novas Formas Eletrônicas de Interação" , 20/09/2000, *Proposta de Política de Governo Eletrônico para o Poder Executivo Federal*, Ministério de Planejamento.
16. MANN Catherine, 2000a, *Global Electronic Commerce*, Institute for International Economics, Washington.
17. MANN Catherine, 2000b, *Electronic Commerce in Developing Countries*, www.sice.oas.org/e-comm/studies.asp.
18. MATTOO Aaditya SCHUKNECHT Ludget, 2001, *Trade Policies for Electronic Commerce*, World Bank, www.sice.oas.org/e-comm/studies.asp.
19. OCDE, 1999, *The Economic and social Impact of Electronic Commerce*, Paris, OCDE, www.sice.oas.org/e-comm/studies.asp.
20. RECEITA FEDERAL, 2201, *Estudos de Direito Tributário. Tributação do Comércio Eletrônico*, www.receita.fazenda.gov.br
21. SCULLEY Arthur B. e WOODS W. William A., 1999, *B2B Exchanges. The Killer application in the Business-to-Business Internet Revolution*, ISI Publications, USA.

- 22.SOUTH CENTRE, 1999, *Electronic Commerce: Issues for the South*,
www.sice.oas.org/e-comm/studies.asp.
- 23.TURBAN Efraim e outros, 2000, *Electronic Commerce. A Managerial perspective*, Prentice Hall, USA.
- 24.UNITED NATIONS, 2002, *Benchmarking e-government: a Global Perspective*,
(www.un.org)